

PET-REL
Análise de Conjuntura



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Educação Tutorial

Boletim de Conjuntura Internacional n. 20

Laboratório de Análise em Relações Internacionais
PET/REL

Dezembro de 2016

PET-REL
Análise de Conjuntura

UnB
Dezembro de 2016

Sumário

Introdução	4
O Laboratório de Análise das Relações Internacionais	5
A conjuntura internacional	7
Mulheres Fortes, Públicos Fortes: uma breve análise da trajetória de questões de gênero e política na América Latina. <i>por Barbara Tiemi Okamura</i>	8
Women issues? Wait! And what about national priorities? <i>by Bruna Bastos</i>	13
O fim de um apagão? <i>por Nina Recine Amore</i>	16
Realpolitik e o ódio na Democracia Sul-americana. <i>por Oliver Albert Freiberg</i>	20
A montanha russa latino americana: ciclos econômicos e transições políticas. <i>por Yuri Portugal Serrão Ramos</i>	23
<hr/>	
Bibliografias	28

PET-REL
Análise de Conjuntura

Dezembro de 2016

PET-REL

Análise de Conjuntura

Introdução

Criado e implantado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PET - então Programa Especial de Treinamento e hoje Programa de Educação Tutorial - é um Programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Tais estudantes são selecionados pelas instituições de ensino superior de que participam e se organizam em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores-tutores.

O PET visa envolver os alunos que dele participam num processo de formação integral, propiciando-lhes compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos. São objetivos deste Programa: a melhoria do ensino de graduação, a formação acadêmica ampla do estudante, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva e o planejamento e a execução, em grupos sob tutoria, de uma gama diversificada de atividades acadêmicas. Até o ano de 1999, o

Programa foi coordenado pela CAPES. A partir de 31 de dezembro de 1999, o PET teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior, ficando sob a responsabilidade do Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior.

Desde então, vem sendo executado levando em conta as diretrizes e os interesses acadêmicos das universidades às quais se vincula, e que passaram a ser responsáveis por sua estruturação e coordenação.

O PET/REL - Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais - foi criado em 1993. Inserido nos grupos PET da Universidade de Brasília, orgulha-se por seu pioneirismo em levar o campo de estudos das relações internacionais para o âmbito do Programa. O PET/REL hoje conta com 13 alunos, que desenvolvem atividades baseadas nas três funções básicas da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

O Laboratório de Análise das Relações Internacionais

No contexto do PET/REL, insere-se o Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI), idealizado e organizado desde 2005. Concebido como atividade de pesquisa e extensão do trabalho do grupo a toda comunidade acadêmica, o LARI tem por objetivo observar a conjuntura internacional e produzir interpretações cientificamente embasadas acerca da mesma.

O cerne das atividades do LARI compõe-se de encontros mensais com temas pré-definidos, nos quais os participantes são encorajados a indicar elementos de análise relevantes e a identificar relações, explicações e previsões relativas aos tópicos abordados, num esforço concertado e organizado. Após a discussão dos temas estabelecidos nas reuniões mensais, os membros do PET/REL produzem análises de conjuntura, baseadas na premissa de que o estudo e a aplicação de metodologia e teoria científica permitem melhor compreensão acerca do comportamento dos atores internacionais.

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais, desde sua concepção, constituiu-se num esforço analítico que tem por meta capturar, de forma clara e objetiva, os fatos da conjuntura internacional que podem engendrar-se com processos e dinâmicas mais amplos das Relações Internacionais. Para tanto, buscam-se usar mecanismos que possibilitem o enquadramento dos fatos nas dinâmicas e que favoreçam o exercício intelectual de seleção dos temas tratados e da produção de análises. Seu intuito é eliminar arbitrariedade e adquirir objetividade. Desse modo, foram criados descritores para categorizar os temas selecionados e direcionar o exercício de produção das análises para um foco mais acadêmico. Antes de expor os instrumentos de classificação, vale ressaltar que as categorias não se esgotam em si mesmas, podendo ser atualizadas à medida que houver necessidade de fazê-lo. A tabela a seguir lista os seis descritores idealizados pelo PET/REL para classificação das análises de conjuntura produzidas.

PET-REL
Análise de Conjuntura

Descritor	Definição
<i>Escalada ou estabilização de tensões e conflitos</i>	Vinculado à variável de aumento ou contenção da violência, enquadrando dinâmicas tais como conflitos interestaduais, guerras civis e crises humanitárias;
<i>Construção de governança</i>	Desde a ótica multilateral, engloba processos ligados a regimes internacionais e autoridade política para gerenciar problemas e construir estabilidade no ambiente internacional (no âmbito de ONU, OMC, organismos regionais, G-8, etc.);
<i>Exercício hegemônico ou contestação anti-hegemônica</i>	Aplicação da capacidade hegemônica para induzir a ordem internacional nos moldes e valores desejados, ou movimentos inversos, de contestação dessa ordem e do <i>hegemon</i> ;
<i>Integração</i>	Dinâmicas sistêmicas de desenvolvimento de laços políticos, econômicos e sociais, que tenham por base espaços interativos entre atores internacionais relevantes;
<i>Transbordamento</i>	Processos de <i>spillover</i> , nos quais fenômenos domésticos trazem repercussões para o âmbito regional ou global: eleições, reivindicações por parte de grupos sociais, etc.;
<i>Mudanças e adaptações de fluxos, padrões e estruturas econômicas</i>	Dinâmicas influenciadas pelo nível de liquidez da economia ou capazes de causar modificações na liquidez, tais como taxas de juros, taxas de câmbio e fluxos de capitais.

A conjuntura internacional

A conjuntura internacional dos últimos meses é o foco das análises aqui descritas. Após um processo de seleção de fatos e processos relevantes, o PET-REL procurou elementos de conjuntura que os ligassem e indicassem tendências comuns. Assim, o que se segue é produto de um esforço coletivo que se estende desde a produção da pauta do Laboratório, as discussões empreendidas e a posterior produção individual das análises. Os resultados, expostos nesse boletim, procuram traduzir esses esforços e construir perspectivas futuras com relação aos temas abordados.

Nessa edição, foram privilegiados dois temas: a contestação anti-hegemônica feminista e a transição política na América do Sul.

O primeiro decorre do fato de que o movimento feminista apresentou, em 2016, impactos objetivos na política internacional - as greves na Argentina, a insurgência feminista na Índia e na Irlanda do Norte, as eleições presidenciais nos Estados Unidos são exemplos que reforçam a contestação feminista frente à ordem hegemônica.

Já no tocante à América Latina, percebe-se uma nova onda de políticas neoliberais ganhando espaço no Cone Sul e personificadas nas figuras de Michel Temer, Mauricio Macri, Pedro Pablo Kuczynski e Henry Ramos Allup. Pensar a maneira com que essas mudanças afetam as relações entre os países sul-americanos é fundamental.

Conservadorismo, neoliberalismo e contestação feminista são algumas das características que compõem a atual conjuntura internacional. Estas e outras características serão pontuadas nas análises que se seguem. Boa leitura!

Mulheres Fortes, Públicos Fortes: uma breve análise da trajetória de questões de gênero e política na América Latina

por Barbara Tiemi Okamura

Silvia Filomena Ruiz: 55 anos, argentina, esfaqueada até a morte por seu ex-companheiro. Marilyn Mendéz: 28 anos, argentina, grávida, também morta a facadas por seu ex-marido. Vanesa Débora: 38 anos, argentina, apunhalada e assassinada pelo cônjuge. Lucía Perez: 16 anos, argentina, moradora da cidade de Mar del Plata. No dia 8 de outubro, foi à casa de um traficante de drogas, procurando comprar ilícitos. Lá foi drogada a força até suas narinas queimarem, estuprada por via vaginal e anal e empalada, levando-a a óbito.

Em um país onde 255 feminicídios foram registrados em 2015 (OBSERVATÓRIO DE IGUALDAD DE GÉNERO, 2016), ter a notícia de outros quatro, que chamam a atenção pela brutalidade e crueldade, foi o estopim para uma paralisação feminina. Durante uma hora no dia 21 de outubro,

mulheres entraram em greve na Argentina para protestar contra a violência de gênero. A manifestação repercutiu e foi reproduzida em outros 9 países: Bolívia, Chile, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Porto Rico e Uruguai (FÓRUM, 2016). Foi a expressão de um movimento que visa ao impacto político e social em prol de mulheres.

A ONG Ni Una a Menos, que organizou a greve na Argentina e o protesto na capital, tinha como pauta o fim da violência de gênero – prioritariamente o feminicídio, a violência doméstica, o estupro –, o apoio às vítimas, a descriminalização do aborto e as oportunidades econômicas mais igualitárias. A realidade das mulheres argentinas é bastante similar à de outros países que também se mobilizaram: em Honduras foram registrados 531

PET-REL

Análise de Conjuntura

feminicídios e em El Salvador 183 (OBSERVATORIO DE IGUALDAD DE GÉNERO, 2016).

Tendo em vista o estatuto social, político e econômico da mulher no mundo, mas especificamente na América Latina - foco desta análise -, e a ressonância das greves, deve-se entender como as pautas e movimentos feministas têm fortalecido sua influência. O intuito aqui é compreender o trajeto que os movimentos feministas na América Latina vêm percorrendo nos últimos anos, à luz do pensamento de Fraser e sua teoria acerca de espaços públicos como base, mas também de algumas outras teóricas feministas.

Nancy Fraser (1992), assim como Habermas¹, entende que a esfera pública é um espaço de construção de discursos e relacionamento entre eles. Entretanto, pontua que existem alguns discursos que se sobrepõem em relação a outros e assim, faz a diferenciação entre *strong publics* e *weak publics* (FRASER, 1992). Essa proeminência tem sua causa na posse de recursos (FRASER, 1992) - como controle de meios midiáticos,

¹ Nancy Fraser escreve que, para Habermas, o termo “espaço público” “designa um teatro em sociedades modernas onde participação política é efetuada pelo intermédio da fala” (FRASER, 1992, p.110) e é uma “arena institucionalizada de interação discursiva” (FRASER, 1992, p.110).

poder político, etc - que possibilitam que se faça valer visões de mundo correspondentes aos grupos que os detêm. Dessa forma, homens e mulheres configuram-se como *strong publics* e *weak publics*, respectivamente. Isso fica claro quando se olha para a América Latina e Caribe e constata-se, por exemplo, que a presença feminina é de apenas 29,1% no Judiciário e de 28,7% no Legislativo (OBSERVATÓRIO DE IGUALDAD DE GÉNERO, 2016).

Faz-se necessário, então, entender quais são os obstáculos a serem superados para que as mulheres possam ter um modo de vida mais próximo de sua concepção ideal. Segundo Sylvia Walby (1990), as opressões de gênero articulam-se em torno de seis estruturas² patriarcais básicas, que geram empecilhos, constrangimentos e coerções que podem impedir as ações e dificultam a vida de mulheres. Porém, considerando as pautas das paralisações feministas, duas merecem atenção especial nessa

² Os seis tipos de estruturas patriarcais de Sylvia Walby (1990) são: o modo de produção, as relações patriarcais de trabalho remunerado, relações patriarcais no Estado, violência masculina, relações sexuais patriarcais e relações patriarcais em instituições culturais. Walby (1990) também acrescenta que essas têm diferentes proeminências de acordo com o momento histórico.

PET-REL

Análise de Conjuntura

análise: relações patriarcais no Estado e violência masculina (WALBY, 1990).

O Estado - e os espaços públicos em geral - é tradicionalmente masculino, enquanto o privado está ligado às mulheres e dessa forma, a presença feminina no governo é vista socialmente como inadequada (OKIN, 2008). A consequência dessa lógica é que as mulheres continuam a ter expressão tímida em instâncias de decisão, o que dificulta que políticas públicas e legislações que melhorem suas vidas e garantam seus direitos existam. Assim, em países, como os da América Latina, onde os homens ainda são o *strong publics*, é um tanto quanto difícil que pautas como paridade de gênero e proteção efetiva às mulheres tornem-se relevantes .

Ademais, a violência de gênero é outra fonte de opressão. Danos físicos e psicológicos infligidos a mulheres, por serem mulheres, são uma forma de controle e dominação desse grupo (KROOK; SANÍN, 2016). Estupro, violência doméstica, agressões, destruição de auto-estima, assédios e ameaças são formas de coagir mulheres, mesmo que de formas mais sutis, a manter-se em posição inferior aos homens. São meios de, por exemplo, impedir que mulheres

cheguem ao poder e desempenhem suas funções públicas ou que continuem a manifestar-se pelos seus direitos (KROOK; SANÍN, 2016). Assim, para alcançar maior equidade de gênero deve-se pôr um fim a tais constrangimentos e logo, à violência de gênero.

Dessa forma, é importante observar as formas de inserção das mulheres na esfera pública e os mecanismos disponíveis que tentam mitigar essas coações baseadas em gênero. A partir desse olhar, pode-se ter uma ideia das possibilidades atuais de ação feminina em busca de proteção e maior paridade entre os sexos.

Em relação à inserção no âmbito público, observa-se que o movimento Ni Una a Menos teve repercussões políticas notáveis na Argentina. A partir das manifestações e greves feministas - que se deram em espaços públicos não estatais - impactou-se, em certa medida, o Estado. O líder do bloco de deputados do partido Propuesta Republicana - partido que apoia o presidente Macri - declarou, logo após a greve, que seu bloco está aberto a discussões sobre a descriminalização do aborto. Pode-se pensar também se a insatisfação de movimentos feministas e mulheres com o presidente Macri - que já se posicionou

PET-REL

Análise de Conjuntura

abertamente contra o aborto e declarou considerar cantadas de rua um elogio, não um assédio - não seria uma possível causa para a sua reprovação de 42,5% em maio de 2016 (G1, 2016). Nesse caso, talvez o risco de uma crescente impopularidade baseada no descontentamento de mulheres no que tange a questões de gênero fosse uma abertura para pressionar o presidente a criar mais e melhores políticas que beneficiem as mulheres.

Sobre inserção pública também, em anos recentes, por reivindicações de grupos de mulheres, leis que fortalecem a participação política feminina têm sido promulgadas na América Latina. Por exemplo, a lei 20.840 de 2015 determina, no Chile, um sistema proporcional à população no Congresso Nacional; a Lei de Partidos Políticos de El Salvador, a Lei 54 do Panamá, o Decreto 54 de Honduras e a Lei 26 da Bolívia determinam cotas de participação feminina entre 30% e 50% e foram promulgadas entre 2010 e 2013 (OBSERVATÓRIO DE IGUALDAD DE GÉNERO, 2016).

Ademais, ocorreram melhoras não só no acesso à esfera pública, mas também nas possibilidades de atuação dentro dela. Em 2012 a Bolívia, pioneira,

promulgou a Lei 243 - “Ley Contra el Acoso y Violencia Política hacia las Mujeres” - como resultado de pesquisa e pressão feita pela Acobol (Associação de Vereadoras da Bolívia) (KROOK; SANÍN, 2016). O México, em 2015, tipificou a violência política³ também em sua “Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia” e, em julho de 2016, o Peru em seu “Plan Nacional contra la Violencia de Género” enquadrrou esse assédio como uma das formas de violência contra as mulheres (OBSERVATÓRIO DE IGUALDAD DE GÉNERO, 2016).

A outra categoria de Walby (1990) que foi citada - violência masculina - também sofreu impactos nos últimos anos. A lei brasileira 13.103 de 2015, a reforma venezuelana, em 2014, da “Ley Orgánica sobre el Derecho de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia” e o artigo 10 do código penal dominicano de 2014 tipificam o feminicídio e

³ Segundo a Lei 243 da Bolívia de 2012, pioneira, a violência política é conceituada como “ações, condutas e/ou agressões físicas, psicológicas, sexuais cometidas por uma pessoa ou grupo de pessoas, diretamente ou através de terceiros, contra as mulheres candidatas, eleitas, designadas ou em exercício da função político-pública, ou contra sua família, para encurtar, suspender, impedir ou restringir o exercício de seu cargo ou para induzi-la ou obrigá-la a realizar, contra sua vontade, uma ação ou incorrido em uma omissão, no cumprimento de suas funções ou no exercício de seus direitos”.

PET-REL

Análise de Conjuntura

proporcionam uma proteção a mais para as mulheres. As leis 30.314 e 30364 do Peru, ambas de 2015, previnem e sancionam violências contra as mulheres em âmbito familiar e público (OBSERVATÓRIO DE IGUALDAD DE GÉNERO, 2016).

As aprovações dessas leis são de extrema importância porque alteram, a partir do âmbito estatal, esferas sociais e políticas. Não só permitem maior atuação de mulheres mas também mostram que grupos femininos tiveram força e recursos suficientes para causar uma mudança no espaço público; as mulheres deram mais um passo a caminho - mesmo que esse ainda seja muito longo - de se tornar um *strong publics* (FRASER, 1992).

As greves feministas latino-americanas ocorridas em outubro deste ano podem ser vistas como um indicativo

da árdua caminhada da população feminina em direção ao estatuto de *strong publics* (FRASER, 1992). Fazem parte de um processo de reivindicação dos direitos das mulheres. Essa mobilização tem alcançado ganhos, como leis contra a violência de gênero - estopim das greves - e maior e melhor participação política. Essa última vitória é um fator essencial para que as mulheres de fato tornem-se capazes de fazer valer suas visões de mundo futuramente. Em conclusão, observar um movimento que pleiteia equidade de gênero conseguir vigor e evidência suficiente para reverberar em 9 países do continente nos mostra dois pontos: o primeiro é a situação insatisfatória, inferior e precária das mulheres, e o segundo, e mais notório, o ganho de força e visibilidade política e social das mesmas quando unidas.

Women issues? Wait! And what about national priorities?

by Bruna Bastos

The United States presidential election of 2016 has been an object of many analyses. Although the possibility of Hillary Clinton's victory was already high since she was chosen to be the representant of the Democratic Party, it was not so easy to predict who was going to be elected. Clinton and Trump had very different proposals. Besides the parties' agendas, their proposals were strongly connected to their world view. Considering that, the election result could have been influenced by many factors.

There are many analyses about the influence of the parties' agendas, the international and national conjunctures, the American economy and others. Some of them are also about the gender factor, although it is not considered a strong one. The United States, as one of the most developed countries in the world, might be seen by the international community as a country advanced in gender equality. But after the results, we can ask: what was the real influence of the gender factor in

American politics and its election process?

The American women's suffrage was established in 1920 by the Nineteenth Amendment to the United States Constitution. However, before the prohibition through the U.S. Constitutional Convention in 1787, women could vote. It is a history of fighting, conquering, losing, fighting again and conquering one more time. Going through these 96 years of suffrage, it is clear that voting did not guarantee the inclusion of women in the political arena.

In the country, women are approximately 50,4% of the population (WORLD BANK, 2015). Nonetheless, according to the Center for American Women and Politics of the Eagleton Institute of Politics of the State University of New Jersey, in 2015, women hold seats in the United States Congress, comprising 19.4% of the 535 members; 20 women (20%) serve in the United States Senate, and 84 women (19.3%) serve in the

PET-REL

Análise de Conjuntura

United States House of Representatives. Also, it seems that it will take nearly 500 years for women to reach fair representation in government. (THE NATION, 2014).

In almost a century, Hillary Clinton was the first woman to run for president. In Latin America, where women's suffrage happened some years later, eleven women occupied the post of president, which eight were elected. The first one to be president was the Argentinian María Perón, in 1974. She occupied the post because of her husband's, the president Juan Perón, death and was deposed in 1976, after a coup d'état. The last one was the Brazilian president Dilma Rousseff (2010 - 2016), who suffered an impeachment.

Comparing Hillary Clinton and Dilma Rousseff, it could be said that both of them made campaigns in which women's right and empowerment were priorities. In Clinton's campaign website, she pointed some main public policies for women as: attempt to decrease the pay gap, protect women's health and reproductive rights, confront gendered violence and promoting women's rights a central part of the State Department's work (Hillary for America, 2016). Nonetheless, it seems that, both in the

United States and in Brazil, it was not such a compelling reason for attracting women voters. In Brazil, it works as an object of charging for voters after Dilma's victory, whereas it was seen with contempt by the American voters.

Hillary Clinton won 54% of women voters compared to Trump's 42% (CNN, 2016). However, in the previous election, Barack Obama did not had such special agenda to women as Clinton and won 55% of their votes. In a report of The Cable News Network (CNN) about what were the profile of women who vote for Donald Trump based on their opinions in Twitter using a hashtag #WomenWhoVoteTrump, one of them said that "#WomenWhoVoteTrump are strong, educated, independent and rational thinkers that can prioritize the issues the country faces". It reflects how political, economics and national security issues are considered to be first priorities when compared with gender.

With Clinton, for the first time, the United States has committed itself to the proposition that the empowerment of women and girls is a stabilizing force for peace in the world, and should thus be a cornerstone of American foreign policy (HUDSON & LEIDL, 2015). She was the first to declare clearly that "the

PET-REL

Análise de Conjuntura

subjugation of women is a direct threat to the security of the United States” and this declaration has come to be known as the Hillary Doctrine. As the election result shows, it was not seen with good eyes by big part of the Americans.

As Valerie Hudson and Patricia Leidl argument in their book about sex and American foreign policy, when Americans think of U.S. foreign policy and its many challenges, they tend to consider it much akin to a large, geostrategic game of chess involving relations with China or the byzantine politics and endless conflicts that characterize the Middle East. And by the way, these were some of Trump’s biggest worries in his campaign. With the slogan “Make America Great Again”, new strategies to improve the country’s economy and his strong position against Islamic refugees, he attracted more voters than the inquiries could show.

After analyzing all those aspects and facts, we can infer that the real influence of the gender factor in American politics and its election process was not so high, considering the numbers

of female voters attracted by Hillary’s agenda for women, but considerable important in terms of representation during the campaign. In the beginning of the 2016 presidential race, it was expected that the fact of having a woman candidate and a specific agenda for women’s issues could attract more women voters. Furthermore, after efforts of female celebrities to draw attention to gender inequality in the country, the growth of protests against racial inequalities and having elected an afrodescendant president in a country where racism is still strong, it was thought that the American political orientation could be changing and that the questions of social, racial and gender inequality were starting to be seen as an urgent problem to be solved.

It seems that the old American problems and worries about national security and economic growth are still on focus and that gender issues will be a topic for the future. The gender inequality in the political and social matters will probably be stagnant and the public policies for women will have to wait.

O fim de um apagão?

por Nina Recine Amore

Muitas vezes foi dito, durante o governo de Dilma Rousseff, que a política externa sofria de um "apagão". Argumentava-se que o Brasil vinha ausentando-se de debates internacionais, que o diálogo entre Estados e setores dinâmicos da sociedade estava enfraquecido, que investidores e empresários estrangeiros e nacionais haviam perdido confiança, que as estratégias haviam se enfraquecido e que não existiam ideias novas capazes de motivar agentes externos (CERVO; LESSA, 2014).

Durante os seus mandatos, a Presidenta Dilma escolheu adotar as mesmas diretrizes da política externa do governo Lula de “universalismo nas relações, através da diversificação de parcerias bilaterais, pela cooperação sul-sul, intensificação das relações com os países emergentes, saindo em defesa da reciprocidade de benefícios entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento” (LESSA, 2010). Na prática, no entanto, por mais que os princípios adotados tenham sido

similares, a política externa de Dilma não foi nem de longe tão ativa quanto a de Lula. Indicadores como o número de viagens presidenciais internacionais e de participações em conferências, cúpulas e acordos internacionais e o número de postos diplomáticos brasileiros no exterior evidenciam uma contenção de esforços (CORNETET, 2014).

A mudança do governo Dilma para o governo Temer criou uma série de expectativas quanto à política externa. Já no discurso de posse⁴ do Ministro José Serra ficou evidente que as diretrizes seguidas nos governos Lula e Dilma haviam sido deixadas para trás. Em seu lugar, Serra apresentou dez novas diretrizes que evidenciaram a adoção do pensamento liberal brasileiro tradicional que prioriza a economia (comércio, investimentos e empréstimos) na política externa e desdenha a cultura e a

⁴ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>

PET-REL

Análise de Conjuntura

geopolítica (GONÇALVES, 2016). Nesse sentido, anunciou-se uma política externa baseada nos valores e interesses econômicos do Estado e nação brasileira, e não em ideologias ou interesses de um partido e a priorização das relações comerciais em detrimento de outras formas de diplomacia.

A priorização da economia na política externa em detrimento de outros tipos de diplomacia pode ser observada em diferentes ações do novo governo. Primeiramente, a incorporação da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) ao Ministério de Relações Exteriores (MRE) indica a grande relevância que os atuais Presidente e Ministro de Relações Exteriores outorgam às relações comerciais.

Também digno de atenção é o fato de o Presidente ter, em dois meses desde sua posse, empreendido viagens a seis países: China, Estados Unidos, Argentina, Paraguai, Índia e Japão⁵. Em contraste, nos primeiros dois meses do mandato de

Dilma ela viajou somente a um país⁶. O objetivo principal das numerosas viagens é ganhar reconhecimento e, portanto, legitimidade para o seu governo. A demonstração de reconhecimento do governo Temer por parte dos países anfitriões serve tanto a interesses internos quanto externos. Internamente, o Presidente ganha força. Já no âmbito externo, ao se mostrar como um líder reconhecido e atuante, Temer ganha confiança. Essa confiança pode ser traduzida em uma intensificação dos fluxos de capital externo para o Brasil em forma de investimentos. Dessa maneira, as expectativas do empresariado e de membros do governo quanto a uma “retomada” da política externa e volta do crescimento econômico têm aumentado.

Nesse mesmo sentido, o governo tem priorizado as relações com parceiros tradicionais como Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão e com parceiros novos, mas com expressiva importância econômica como China e Índia. Boas relações com governos pertencentes ao “Primeiro Mundo” são interessantes tanto pelo aspecto comercial quanto pelo aspecto de obtenção de reconhecimento e legitimidade. China e

⁵ Disponível em:
<http://www2.planalto.gov.br/area-de-imprensa/relatorios-da-secretaria-de-imprensa/viagens-internacionais-michel-temer-2016.pdf>

⁶ Disponível em:
<http://www2.planalto.gov.br/area-de-imprensa/relatorios-da-secretaria-de-imprensa/viagens-internacionais-2011>

PET-REL

Análise de Conjuntura

Índia são importantes principalmente pelo aspecto econômico. Parceiros do chamado Sul Global que eram priorizados no governo Lula e Dilma perderam importância. Um oportuno exemplo é a declaração de que o Brasil fechará embaixadas em países da África por não trazerem retornos satisfatórios (MELLO; NUBLAT, 2016). Os retornos, aqui, são claramente medidos em termos de intercâmbio comercial e benefícios em termos de diplomacia cultural e geopolítica são desprezados, como mencionado anteriormente.

A ânsia por se mostrar um governo ideologicamente neutro, que atua em prol do Brasil e não do partido que se encontra no poder tem se manifestado fortemente nas políticas do governo. É evidente que esse discurso faz parte da retórica que precisava ser adotada considerando as circunstâncias que tiraram o Partido dos Trabalhadores (PT) do poder. Durante o governo Dilma, a população passou a associar fortemente a crise econômica e até mesmo a corrupção às medidas consideradas de esquerda adotadas pelo PT. Nesse contexto, a relação que o Brasil mantinha com países “esquerdistas” da região era vista como uma agenda política do Partido dos Trabalhadores que visava fortalecer sua

ideologia na região. Sendo assim, quando o novo governo assume, ele não hesita em dar duras respostas aos países que se declararam contra o processo de impeachment: Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela - todos países com governos considerados de esquerda (TELES, 2016). Desde então, as relações com esses países vêm se debilitando.

Essa política de rechaço, no entanto, tem atuado até mesmo em contra dos interesses do atual governo. O congelamento das relações com a Venezuela, por exemplo, é prejudicial para o Brasil inclusive no âmbito que o atual governo favorece, o econômico. A Venezuela, por produzir poucos produtos industrializados, representa um excelente mercado para o Brasil (GONÇALVES, 2016). Essa atitude de certa forma contraditória é explicada pela forte polarização entre capitalismo e comunismo que ainda sobrevive no Brasil.

Os governos do PT tinham como diretriz inserir o Brasil em uma posição de global player no Sistema Internacional. Dessa forma, para fortalecer sua posição, o Brasil buscava se estabelecer tanto como representante da América do Sul quanto dos países em desenvolvimento no âmbito internacional através do

PET-REL

Análise de Conjuntura

desenvolvimento de um senso de identidade comum. Nesse contexto, o fortalecimento de instituições multilaterais como a UNASUL, o MERCOSUL e o BRICS era de interesse. O governo atual, por outro lado, tem como prioridade a sua estabilização e a recuperação econômica brasileira. As relações multilaterais, portanto, têm perdido importância relativa considerando as grandes dificuldades que apresentam em comparação às relações bilaterais. O governo, portanto, tem atuado de forma a fortalecer suas relações bilaterais principalmente com países ricos do Norte Global.

De fato, se analisarmos quantitativamente indicadores como o número de viagens presidenciais internacionais ou de reuniões com grupos de interesse, à primeira vista parecerá que o governo Temer está “reacendendo” a política externa brasileira. Uma análise mais profunda, no entanto, mostra que o que tem acontecido não é exatamente isso. O novo governo tem, sim, fortalecido alguns setores da política externa como o setor econômico, porém tem ignorado completamente outros setores como o da geopolítica, por exemplo. No governo Dilma, a política externa ainda seguia a

herança da época Lula; ela tinha um papel múltiplo tanto de incentivar o desenvolvimento interno quanto o de projetar o país internacionalmente. No governo Temer, a política externa virou sinônimo de política comercial associada aos grandes centros de poder com o fim de estabilizar a economia do país e o próprio governo.

Ainda não se pode dizer, no entanto, se o método será efetivo. As viagens presidenciais de Temer não necessariamente acarretarão no aumento do fluxo comercial ou de investimentos internos pois isso depende, em última instância, de empresas e governos estrangeiros. Se o governo brasileiro não conseguir convencê-los de que o mercado brasileiro é de fato atrativo, o montante de investimentos e o fluxo comercial não aumentarão. Caso isso aconteça, será possível afirmar que a política externa de Temer se provou ainda mais “apagada” do que a de Dilma. Além de ter anulado a política externa que ainda existia no governo da ex-presidenta, ele terá adotado uma política voltada para a economia que se provou ineficaz. O que se observa, portanto, é uma simples mudança de foco da política externa, e não um fortalecimento, de fato.

Realpolitik e o ódio na Democracia Sul- americana

Por Oliver Albert Freiberg

“Governar significa exercer poder, e somente aquele que possui poder pode exercê-lo. Esta conexão direta de poder e governo forma a verdade fundamental de toda a política e a chave de toda a história.”

Ludwig von Rochau

Governos progressistas na América do Sul estão cada vez mais perdendo sua presença no cenário político, e o discurso neoliberal volta a tomar conta do poder. Dilma Rousseff sendo impeachmada, perdendo seu cargo de Presidente ao agora Presidente Michel Temer; o resultado das urnas argentinas que elegeu Mauricio Macri e que encerrou os doze anos de kirchnerismo; o fim do governo popular de Ollanta Humala no Peru; e a ascensão de Henry Allup ao poder Legislativo da Assembléia Nacional como oposição ao governo presidencial de Nicolás Maduro na Venezuela.

O discurso desses novos líderes tenta contestar a política ideológica, cujo

conteúdo trazia promessas de igualdade, emancipação e progresso econômico; e no lugar dela enfatizam a necessidade de uma Realpolitik, uma política baseada na prática, onde a ideologia não deve existir (ROCHAU, 1853), a solução para “a crise que esses antigos partidos trouxeram para a população”. O que vem ocorrendo nos últimos anos é um aumento da desesperança nos heróis do progresso somado a uma vontade de mudança. A concretização da promessa de uma vida de bem-estar não chegou a muitos nos governos populares, devido à queda nos preços dos commodities e ao impacto da crise de 2008, reduzindo o preço das exportações desses produtos, seja de produtos energéticos primários (petróleo, gás natural), de metais industriais (prata, cobre) ou de bens agrícolas (soja, trigo, milho). Brasil tem 54% de suas exportações representada por esses produtos primários, enquanto Venezuela, Equador, Chile, Bolívia, Paraguai e Peru tem mais de 80%, ou seja, essa queda nos preços causou uma

PET-REL

Análise de Conjuntura

queda na receita desses países, levando a uma crise no Estado de bem-estar, deslegitimando aqueles que trariam prosperidade e igualdade. Assim, as populações dos diferentes países começaram a sentir uma falta de representação na política, dando espaço para que discursos de mudança e tradicionalismo (lê-se conservadores) convençam esses sub-representados de que realmente realizarão suas reivindicações sem a necessidade de uma ideologia, pois o que deu errado nos últimos anos foi o excesso de ideologia e a falta de pragmatismo e racionalidade.

Obviamente, os antigos dominadores da política não perderiam essa oportunidade. Percebendo a indignação de uma classe média insatisfeita que ascendeu nos últimos anos sem perceber a real conquista dos últimos anos, seja por falta de informação ou por uma incompreensibilidade de fatores sociais, além de compreenderem o impacto das transformações globais que distanciaram o indivíduo do Estado, os grupos conservadores fomentaram a dicotomia “ideologia de esquerda” e “gestão empreendedora”, com o primeiro sendo a causa da crise econômica, e o segundo sendo a solução através de uma política pragmática e apartidária. Por conta disso, a indignação e a simplicidade

do discurso daqueles que se descontentaram com as políticas de governos da esquerda levaram à polarização, transformando-se em um discurso de ódio e de blasfêmia aos ideais progressistas que conseguiram a aderência de muitos portadores de inteligência incubada.

O ódio mascarado do discurso de Realpolitik se mostrou eficiente em eleições sul-americanas, e mostrou a vontade dos indivíduos de se revelarem (rebelarem) contra a política progressista que os últimos 15 anos presenciou, colocando no poder aqueles que disseram que iriam representar as vontades dos que foram “enganados” e “iludidos”. No entanto, “quem representa interesses particulares tem sempre um mandato imperativo” (BOBBIO, 2015, p. 45), ou seja, os representantes estão cada vez mais adotando políticas independentes que defendem interesses particulares, mascarados de “projetos de gestão”, não seguindo os projetos que os elegeram, caracterizando seus mandatos como “representação independente” (PITKIN, 1979).

A democracia funcionou então como meio para que os “apolíticos” ascendessem ao poder, tanto Executivo quanto Legislativo, e proporcionassem

PET-REL

Análise de Conjuntura

uma guinada conservadora da política do Cone Sul, exaltando figuras que dizem que a solução está pautada na gestão responsável da economia, como cortes nos gastos do bem social (educação, saúde, lazer) incentivo aos investimentos externos e à iniciativa privada (aumento de taxas de juros, abertura de estatais ao capital externo), ou seja, aquelas velhas políticas dos anos 80 e 90 que trouxeram mais desigualdade entre as pessoas e os países.

Contudo, o que não fica claro, nem mesmo explícito, é como essas mudanças de governos internos afetarão as políticas externas ativas da América Latina características dos últimos 15 anos. O que o neoliberalismo tardio defende é um fortalecimento de acordos bilaterais com Estados economicamente fortes, como Estados Unidos, China, Japão, e países da Europa Central em detrimento dos acordos com países do Sul Global. O Ministro das Relações Exteriores brasileiro, José Serra, propõe esse

abandono de acordos multilaterais, que proporcionam um “isolamento imposto pelo Mercosul”, e busca uma afirmação de acordos comerciais de “nova geração”. Isso poderá resultar em um enfraquecimento da integração Sul-Sul, levando-nos à antiga posição de periferia econômica mundial, ou seja, exportador e dependente, tão almejada pelos EUA. Mercosul, Celac, Unasul, todos eles estão perdendo sua posição de revolucionários da integração sul-americana, não conseguem mais implementar suas políticas multilaterais, assinar acordos que não tenham interferência extrarregional. O que surgirá na política externa latinoamericana será uma Pax latinoamericana, um período de paz e crescimento econômicos protegidos dos “Bárbaros esquerdistas” através de uma imposição ferrenha da política econômica neoliberal, que não dará espaço para a autonomia e o desenvolvimento desses países que não conseguem sair da posição de fornecedores e prisioneiros do capital externo.

A montanha russa latino americana: ciclos econômicos e transições políticas

por Yuri Portugal Serrão Ramos

A derrocada das esquerdas na América Latina é visível. O impeachment de Dilma Rousseff e a assunção de Michel Temer no Brasil, a vitória de Mauricio Macri na Argentina, de Pedro Pablo Kuczynski no Peru e a esmagadora derrota de Nicolás Maduro na Assembléia Nacional são simbólicos deste momento caracterizado pelo desgaste das esquerdas, algo que dá margem para políticos de direita e centro-direita ascenderem. Este processo decorre de um momento de estagnação econômica vivido por tais países, associada ao desgaste das políticas públicas levadas à cabo pelos partidos de esquerda. De fato, ao menos na retórica dos partidos que capitalizam as crises econômicas para fazer palanque político, o bode expiatório da crise econômica reside na ampliação do Estado de bem estar social construído na última década, assim como as políticas redistributivas que ampliaram os gastos públicos dos países agora estagnados.

O processo, entretanto, não tem nada de novo: os momentos de transição política na América Latina geralmente ocorrem em períodos de crise econômica comum que, embora sejam associados à fatores domésticos, podem ser explicados por movimentos da economia internacional, que geram constantes ciclos de crescimento e estagnação. Em períodos de aproximadamente dez anos estes ciclos se alternam, e com eles há um momento de transição de poder no continente, com grande potencial de *spillover*. Esta análise busca resgatar uma parte destes movimentos históricos, a fim de se elucidar um processo ainda em desenvolvimento. O marco zero escolhido foi a consolidação dos regimes militares, que deu-se pelo sucesso econômico atribuído às medidas tomadas pelos presidentes generais, mas que tem suas raízes em movimentos macroeconômicos de origem internacional.

PET-REL

Análise de Conjuntura

O Primeiro Choque do Petróleo, em 1973, gerou uma grande e súbita acumulação de capital nas mãos dos países do Oriente Médio, capital este que ficaria ocioso caso não fosse investido. A baixa dinamicidade econômica destes países, situação presente até hoje, fez com que as economias domésticas não absorvessem boa parte destes capitais, que então teriam de ser investidos em outros lugares. Ora, quando se visa um alto retorno, que lugar melhor para se investir do que os mercados emergentes? A América Latina configurou-se como um grande destino para esses capitais, sendo que estes tiveram importante papel para a estabilização econômica e retomada do crescimento econômico, essenciais para a legitimação das ditaduras militares que dominaram o continente após uma onda de golpes.

Este período não duraria para sempre, entretanto. Com o aumento da taxa de juros pelo Federal Reserve, o FED americano, o fluxo de capitais foi invertido, buscando investimentos mais seguros conforme alguns países não pagavam suas dívidas externas, como foi o caso do México. A queda do preço das commodities, o maior gênero de exportação das economias da América Latina, lançou os países em um buraco ainda maior, tendo em vista que além de

uma dívida com juros crescentes, os países perderam também grande parte de suas receitas internacionais. Esta situação caracterizou a década de 80 como a “Década Perdida”. Entretanto, como supracitado, grande parte da população associou a decadência econômica com a adoção de políticas econômicas inconsequentes pelas ditaduras militares. Intensificam-se então os movimentos pela redemocratização ao longo do continente, algo que, associado ao fim do apoio aos regimes militares pelos Estados Unidos, culminou na queda destes.

O período subsequente foi caracterizado pela ascensão de grupos políticos de centro-direita, cujas diretrizes econômicas eram pautadas pelo Consenso de Washington (disciplina fiscal, estabilização de preços, liberalização comercial e financeira, privatização e desregulamentação). A adoção de tais medidas propostas pelo FMI incorreu em um alívio dos débitos internacionais. Conforme a dívida voltou a ser paga, o risco de se investir nos países da América Latina diminuiu, reestabelecendo o fluxo de capitais que estimulou o crescimento e criou um ambiente permissivo para a estabilização monetária, tendo em vista a grande espiral inflacionária que os países

PET-REL

Análise de Conjuntura

vivenciavam em função da “Década Perdida”.

Novamente, o período de bonança cessaria por motivos que extrapolam a esfera doméstica. A Crise Financeira Asiática, que origina-se na Tailândia em 1998, e a Crise Russa criaram um ambiente de extrema insegurança na economia internacional. Logo, mercados emergentes, que apresentariam um grande risco para os capitais estrangeiros, perderam sua atratividade. Disto decorre um período anormalmente curto de estagnação econômica, mas que foi o suficiente para que a população dos países americanos rechaçassem as políticas econômicas neoliberais, dando espaço para ascensão de grupos de centro-esquerda.

Os governos de centro-esquerda na América Latina não negaram a política econômica do período anterior, mas buscaram ampliar os direitos sociais e as políticas de redistribuição de renda, não somente com o intuito de estimular a economia (em um pensamento de matriz keynesiana), mas também diminuir a grande desigualdade que ainda predomina no continente, e dar à grande parcela da população que se encontra mais vulnerável economicamente condições materiais de vida mais dignas.

Isto, logicamente, incorreu em um grande aumento dos gastos públicos, algo que se deu em um contexto permissivo onde a alta dos preços das commodities e a grande demanda chinesa por bens primários davam grande margem de manobra às restrições orçamentárias dos Estados.

O contexto atual, de estagnação econômica, decorre, de certa maneira, das consequências da Crise de 2008. Embora o efeito nas economias americanas não tenha sido imediata, duas consequências de longo prazo atuam hoje para a diminuição do crescimento econômico: a Crise da Dívida Europeia e o esfriamento da economia chinesa. A primeira segue a lógica já trabalhada diversas vezes nesta análise: um abalo financeiro gera um clima de insegurança na economia internacional e os capitais fogem de países emergentes, que apresentam um maior risco. O esfriamento da economia chinesa – embora seu crescimento ainda seja vigoroso – cria uma tendência à queda no preço das commodities, diminuindo ainda mais o influxo de capitais nas economias americanas. No caso da Venezuela, ainda houve a decisão deliberada de realizar dumping no mercado petrolífero, do qual o país

PET-REL

Análise de Conjuntura

depende para manter suas receitas estáveis.

Logo, seguindo o exemplo da história, é chegado um novo momento de transição política na América Latina: o momento que estamos vivenciando. Os governos de centro-esquerda estão sendo substituídos por governos de direita e centro-direita, a antiga oposição, que justifica a crise econômica com um suposto aumento desregrado dos expêndios públicos. Com a pauta de um desmonte do Estado de bem estar social que teria criado este desequilíbrio das contas públicas, estes novos governantes ascendem, prometendo a retomada do crescimento econômico à médio prazo. Entretanto, a austeridade não é a panacéia que estes políticos pregam, tendo em vista que as vulnerabilidades estruturais das economias do continente não serão magicamente resolvidas pela simples diminuição dos gastos governamentais. Estas políticas podem até reestabelecer a confiança nas economias da América Latina, trazendo para o continente uma nova corrente de capitais estrangeiros. Mas isto só durará até o próximo choque, quando o continente será lançado novamente na penumbra da estagnação.

Se a austeridade for realmente levada à cabo como projeto de política econômica, esta não deve ser feita nas bases neoliberais estabelecidas no Consenso de Washington. Ela deve ser uma austeridade inteligente, como prega o analista chileno Ernesto Talvi. O fato é que a austeridade e a diminuição dos investimentos públicos que dela decorrem acabam perpetuando as fragilidades estruturais do continente, mantendo os países americanos dependentes de fatores externos como motriz de seu crescimento, algo extremamente volátil e danoso. A “austeridade inteligente” prega que investimentos públicos devem ser realizados, principalmente no campo da educação e das infraestruturas físicas para que os países da América Latina passem a ser os protagonistas de seu próprio crescimento.

Infelizmente, aparentemente este não é o discurso dos políticos ascendentes. Pautados pelo retrógrado paradigma do neoliberalismo, a crença na panacéia da austeridade criará mais um efeito placebo que pode sim auxiliar na retomada do crescimento econômico, mas que não será sustentável à longo prazo. É necessário conscientizar a classe política sobre os riscos de assumir estas medidas econômicas inconsequentes, que

PET-REL

Análise de Conjuntura

à longo prazo são extremamente destrutivas para a economia e para a vida da população. Ou devemos torcer para que a próxima crise - que nota-se, irá ocorrer - traga ao poder uma classe política um pouco mais consciente. Quem sabe na próxima década?

Bibliografias

Barbara Tiemi Okamura

BIROLI, Flávia. 'Violência Política contra as Mulheres', Blog da Boitempo, disponível em < <https://blogdaboitempo.com.br/2016/08/12/violencia-politica-contra-as-mulheres/>>

BOLÍVIA. 'Ley nº 243 contra el Acoso y Violencia Política de 28 de mayo de 2012'. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia. Asamblea Legislativa Plurinacional, La Paz, 28 mai 2012.

CENTENERA, Mar. 'Um Salvaje Asesinato con Violación de una Adolescente Reactiva la Lucha contra el Femicidio en Argentina', El País, disponível em < http://internacional.elpais.com/internacional/2016/10/17/argentina/1476717704_725902.html>

CUÉ, Carlos E. 'Argentina Se Mobiliza contra os Femicídios no País', El País, disponível em < http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/19/internacional/1476905030_430567.html>

DESDE el Oficialismo Afirman que Están "Abiertos Absolutamente al Debate" sobre el Aborto , Clarín, disponível em < http://www.clarin.com/politica/oficialismo-afirman-abiertos-absolutamente-aborto_0_1673832648.html >

FRASER, Nancy. 'Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy' in: CALHOUN, Craig (Org). 'Habermas and the Public Sphere', The MIT Press, 1992.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. 'Gender and Political Violence in Latin America: concepts, debates and solutions', Política y Gobierno, v. 23, n. 1, p. 125-157, 2016.

OKIN, Susan Moller. 'Gênero, o público e o privado'. Revista de Estudos Feministas, v.2, n.16, p. 305-332, 2008.

OBSERVATÓRIO DE IGUALDAD DE GÉNERO. 'Femicidio', 2016, disponível em < <http://oig.cepal.org/es/indicadores/femicidio>>

PET-REL

Análise de Conjuntura

OBSERVATÓRIO DE IGUALDAD DE GÉNERO ‘Leyes de Cuotas’, 2016, disponível em <http://oig.cepal.org/es/leyes/leyes-de-cuotas>

OBSERVATÓRIO DE IGUALDAD DE GÉNERO. ‘Leyes de Violencia’, 2016, disponível em < <http://oig.cepal.org/es/leyes/leyes-de-violencia?search=&page=1>>

OBSERVATÓRIO DE IGUALDAD DE GÉNERO. ‘Poder Legislativo: porcentaje de mujeres em el órgano legislativo nacional: Cámara baja o única’, 2016, disponível em < <http://oig.cepal.org/es/indicadores/poder-legislativo-porcentaje-mujeres-organo-legislativo-nacional-camara-baja-o-unica>>

OBSERVATÓRIO DE IGUALDAD DE GÉNERO. ‘Poder judicial: porcentaje de mujeres ministras em el máximo tribunal de justicia o corte suprema’, 2016, disponível em < <http://oig.cepal.org/es/indicadores/poder-judicial-porcentaje-mujeres-ministras-maximo-tribunal-justicia-o-corte-suprema>>

PESQUISA Indica que Aprovação de Governo Macri Está em Queda, G1, disponível em < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/pesquisa-indica-que-aprovacao-de-governo-macri-esta-em-queda-20160529153505041194.html>>

WALBY, Sylvia. ‘From Private to Public Patriarchy’ in: WALBY, Sylvia ‘Theorizing Patriarchy’, Oxford: Basil Blackwell, 1990.

Bruna Bastos

Center for American Women and Politics. "Women in U.S. Congress 2015" <<http://www.cawp.rutgers.edu/women-us-congress-2015>>

CLITON, HILLARY. “Hillary Clinton: A Fighter for Black Women”. 2016. <https://www.hillaryclinton.com/briefing/factsheets/2016/08/23/hillary-clinton-a-fighter-for-black-women/>

CNN“#WomenWhoVoteTrump: These are the women who support Trump”; 2016. < <http://edition.cnn.com/2016/10/14/politics/trump-supporter-women-irpt/>>

CNN. “How Hillary Clinton lost”. 2016. <<http://edition.cnn.com/2016/11/09/politics/clinton-votes-african-americans-latinos-women-white-voters/>>

Dezembro de 2016

PET-REL

Análise de Conjuntura

THE NATION. “ Why Does the US Still Have So Few Women in Office?” 2014.
<<https://www.thenation.com/article/why-does-us-still-have-so-few-women-office/>>

Valerie M. Hudson and Patricia Leidl.” The Hillary doctrine : sex and American foreign policy”. New York: Columbia University Press, 2015.

WORLD BANK. “US Population”
<http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL.FE.ZS?locations=US>

Nina Recine Amore

CARRAPATOSO, A; SCHLIPPHAK, B. Bringing the individual back in – International Relations and the First Image. [S/D]. Encontrado em:
<<http://ecpr.eu/filestore/workshopoutline/57a30dce-9041-4887-bef0-4994705978c2.pdf>>
[acesso em 17/10/2016 às 16h30]

CERVO, A. & LESSA, A.C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014).
Rev. bras. polít. int. vol.57 (2) Brasília: 2014

CORNETET, João Marcelo. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na
continuidade. Revista Conjuntura austral. Vol. Nº 24. Jun-jul-2014

DYSON, S. Cognitive Style and foreign policy. International Political Science Review 30
(2009): 33-48.

GONÇALVES, W. Como fica a política externa brasileira no governo Temer?:
Professor de Relações Internacionais da UERJ avalia os primeiros dias do governo
Temer no relacionamento internacional: depoimento. [18/05/2016]. Brasília: Revista
Brasil. Entrevista concedida a Valter Lima e Sidney Rezende. Encontrado em: <
<http://radios.ebc.com.br/revista-brasil/edicao/2016-05/como-fica-politica-externa-brasileira-no-governo-temer>> [acesso em 07/11/2016 às 00h30]

LESSA, A.C. Parcerias estratégicas do Brasil: um balanço da era Lula (2003-2010). Rev.
bras. polít. int. vol.53 no. spe Brasília: 2010

PET-REL

Análise de Conjuntura

MELLO, P. C.; NUBLAT, J. Serra pede estudo de custo de embaixadas na África e no Caribe. Folha de São Paulo. Maio 2016. Encontrado em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/05/1771982-serra-pede-estudo-de-custo-de-embaixadas-na-africa-e-no-caribe.shtml>> [acesso em 06/11/2016 às 22h40]

MORAVCSIK, A. 'Taking Preferences seriously: A Liberal Theory of International Politics', *International Organization* 51 (1997): 513-553.

PALÁCIO DO PLANALTO, Presidência da República. Relatórios da Secretaria de Imprensa; Presidente da República Michel Temer; Viagens Presidenciais; Viagens Internacionais do Presidente da República, Michel Temer. Encontrado em: <<http://www2.planalto.gov.br/area-de-imprensa/relatorios-da-secretaria-de-imprensa/viagens-internacionais-2011>> [acesso em 06/11/2016 às 21h40]

SILVA, P. H.. Política externa de Lula a Dilma: contenção, declínio ou ajuste?. *Relações Internacionais*. Junho 2015. Encontrado em: <

https://relacoesinternacionais.com.br/politica-externa-de-lula-a-dilma-contencao-declinio-ou-ajuste/#_edn3> [acesso em 07/11/2016 às 00h35]

TELES, G. Serra diz que o governo pode subir o tom em resposta a críticas externas. Rede Globo. Maio 2016. Encontrado em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/serra-diz-que-governo-pode-subir-tom-em-resposta-criticas-externas.html>> [acesso em 06/11/2016 às 21h40]

XAVIER, R. Análise: A política externa brasileira à la Temer. Estado de São Paulo. Maio 2016. Encontrado em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,analise---a-politica-externa-brasileira-a-la-temer,10000051104>> [acesso em 07/11/2016 às 00h30]

Oliver Albert Freiberg

BOBBIO, N. O Futuro da Democracia. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 45.

DE GORI, E. Debilidades de izquierda y ascensos neoconservadores. *Nueva Sociedad*, Julho 2016. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/debilidades-de-izquierda-y-ascensos-neoconservadores-nuevo/>>. Acesso em: 11/11/2016.

PET-REL

Análise de Conjuntura

GENRO, T. As esquerdas e a democracia: notícias de uma crise. Nueva Sociedad, Agosto 2016. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/esquerdas-e-democracia/>>. Acesso em: 11/11/2016.

JUSTO, M. Queda das commodities sugere fim de ciclo de crescimento na América Latina. BBC Brasil, Maio 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130520_commodities_queda_crescimento_america_latina_lgb>. Acesso em: 25/11/2016.

PITKIN, H. O conceito de representação. In: CARDOSO, Fernando Henrique & Estevam Martins, Carlos. Política e Sociedade. Belo Horizonte: UFMG, 1979, p. 8 - 22.

ROCHAU, L. Grundsätze der Realpolitik angewendet auf die staatlichen Zustände Deutschlands. Stuttgart: Verlag von Karl Göpel, 1853.

ZERO, M. O papel da política externa na restauração do neoliberalismo tardio. Brasil Debate, 18 de Maio de 2016. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/o-papel-da-politica-externa-na-restauracao-do-neoliberalismo-tardio/>>. Acesso em: 13/11/2016.

Yuri Portugal Serrão Ramos

GIAMBAGI, Fabio et al. *Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

TALVI, Ernesto. *Understanding Latin America's New Political Paradigm*. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/latin-america-political-economic-history-by-ernesto-talvi-2016-10>>

TALVI, Ernesto. *Time for intelligent austerity*. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/opinions/time-for-intelligent-austerity/>>